

Governo mantém MP do Código Florestal

Com aprovação de emenda constitucional, MP pode vigorar por um período prolongado

SÔNIA CRISTINA SILVA
e ISABEL BRAGA

BRASÍLIA – O presidente Fernando Henrique Cardoso reafirmou ontem, por intermédio de sua assessoria, a disposição do governo em manter o atual texto da Medida Provisória (MP) que trata do Código Florestal. “A intenção do governo é mantê-lo como está”, informou o porta-voz do Palácio do Planalto, Gorges Lamazière.

Na semana passada, os ruralistas alimentavam a esperança de alterar o texto da MP, antes de o presidente promulgar a emenda constitucional que limita a edição de novas medidas provisórias.

A emenda, que será promulgada na tarde de hoje, prevê que as MPs existentes continuarão válidas até que o Executivo decida retirá-las ou que o Congresso as derrube em votação. Ou seja, as atuais MPs podem vigorar por um período prolongado. Por isso, os ruralistas queriam a incorporação de algumas de suas propostas, de última hora, na MP do Código Florestal, já que o atual texto os desagrada. Principalmente, a possibilidade de desmatar apenas 65% das propriedades situadas em áreas do cerrado amazônico, como estipula a MP, e não os 80% desejados por eles.

Apesar de ganhar um fôlego para tratar da mudança do Código Florestal, o governo não irá relaxar. A secretária da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente, Mary Allegretti, informou que a intenção é prosseguir a negociação até que se atinja um consenso e se possa levar o código à votação em plenário para converter a MP em lei.

Hoje à tarde, governo e parlamentares vão iniciar o debate para aperfeiçoar o projeto de conversão da MP, do deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR), aprovado na comissão mista, na semana passada.

O governo discorda da proposta de Micheletto, mas não tinha número para derrubá-la na comissão mista, composta em sua maioria por representantes da bancada ruralista. O líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM) costurou, então, um acordo pelo qual o texto seria votado na comissão, mas não iria a plenário antes de ser negociado.

Impróprios – O Ministério do Meio Ambiente listou vários pontos do projeto de Micheletto considerados impróprios, entre eles a redução da reserva legal do cerrado amazônico de 35% para 20%. O Instituto Socioambiental (ISA) observa que o projeto possibilita a redução da reserva legal nas propriedades com florestas na Amazônia Legal de 80% para 20%. Para o Isa, é inaceitável ainda a recomposição da reserva legal com espécies exóticas.

Da reunião de hoje, devem participar representantes dos Ministérios do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Agrário e da Agricultura. Além de Arthur Virgílio, estarão presentes os deputados Micheletto e Kátia Abreu (PFL-TO) e o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), presidente da comissão mista.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário foi convidado a participar das discussões sobre Código Florestal porque o projeto de Moacir Micheletto incluiu um artigo que, na prática, impedirá a realização de novos assentamentos em Estados que ainda não tenham concluído o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE), um estudo técnico que indicará a melhor vocação da terra.

DOCUMENTAÇÃO	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	OESP (Geral)
Data	11/9/2001 Pg. 18
Class.	149